

## Apresentação: voz identidade

**Marcus Antônio Assis Lima\***

**Ricardo Martins Valle**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

\*Autor de correspondência: [malima@uesb.edu.br](mailto:malima@uesb.edu.br)

---

© fólio - Revista de Letras 2024. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

---

Este ano foi importante para a **fólio**. Perdas difíceis e uma trajetória retomada. Mesmo depois de um ano de silêncio, 2024 demonstrou que se trata de um veículo realmente buscado para a publicação científica nas áreas de Letras e afins: uma vitória conquistada nos quinze anos que nos antecederam. E há coerências importantes nos encontros que os sumários da **fólio** têm propiciado, mostrando-se um espaço para convergências temáticas e teóricas. Isso indica que temos uma identidade e contornos de uma voz, se não comum, em sintonia.

Com este segundo número do volume 15 (2024), fechamos o quadriênio recuperando nossa regularidade, uma vitória de novo conquistada. Neste número, submissões vindas do Amapá, de Santa Catarina, São Paulo, Pará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Bahia, indicam um acesso de dimensão nacional, com autores formados em centros de excelência na pesquisa em Letras e Humanidades no Brasil e no Mundo. Recebemos ainda dois artigos em língua estrangeira, dando alguma diversidade linguística ao volume. Em 2024, o volume 15 publicou duas dezenas de artigos. E: aumentando o número de artigos, entre o primeiro e o segundo número. Além de aumentarmos a quantidade das seções.

Um outro título para este número poderia ter sido **todas as vozes**. Ficaria menos conceitual do que **voz identidade**, e ficaria bonito também. Soaria como **todas as cores**, ou **todos os nomes**, que já são belos porque soam, antes do sentido. Mas o título que deixamos vale por aquele e de alguma forma ecoa ou reflete um momento da revista tomando novamente consciência de um lugar de identidade.

No número anterior, **Vozes e silêncios ancestrais**, a persistência reuniu textos que tangenciaram o silêncio e a voz nos sistemas coletivos ancestrais de transmissão pela oralidade. Um hábito de fala, a melodia da frase, uma preferência lexical, a

reiteração de um mote, uma inclinação da opinião são componentes impressos na nossa voz pela voz de gerações e gerações familiares e comunitárias, com seus modos singulares de cumprir formas específicas do rito social. Desde a reiteração efetivamente ritual até as “gírias” de guetos, passando pelas mais diversas formas de liturgias do cotidiano, vozes passadas decalcam a voz pessoal de cada um, marcada por toda uma algaravia anônima, atávica, comunitária, às vezes materna, às vezes brutal, às vezes típica, às vezes surpreendente.

Não são “ecos do passado” o que se transmite pela voz nas tradições orais. Ainda que metáfora, não é uma boa metáfora. O eco não tem uma intencionalidade na repetição e apenas decresce, não aumenta nem inventa. Nem o tempo é um meio ou veículo que se atravesse, como o eco atravessa o espaço. Não se parece com um eco, porque o que se perpetua com a voz é a repetição do sentido e a reiteração do gesto verbal, são formas de perpetuação histórica, são técnicas humanas anteriores à roda, contemporâneas do rito funeral. Quando imaginamos algo que atravessa o tempo, ou quando naturalizamos essa figura, deixamos de compreender que estamos falando de uma transmissão verbal, que começa na oralidade. A transmissão oral implica um complexo tanto de estratégias típicas, étnicas, como de estratégias comuns a todas as culturas humanas. Na efetividade, as vozes de nossos avós são formas que se repetem por gerações e, por isso, atravessam as gerações humanas na voz de nossos netos. Por isso, quando se indicam as “influências”, inclusive literárias, não deveríamos pensar em algo como um fluido, uma essência, um sopro de ar – uma abstração e uma figura de linguagem para ela. A voz familiar coletiva passa é de “mãe pra filho” e é assim que ela “atravessa o tempo”.

Nossas vozes consomem, pois, antes de mais nada, o leite das línguas maternas. Pelas bocas de mães avós tias, além de pais e irmãos é que se adquire a língua-gesto, a voz pressignificante, o líquido não escandido do som amado. Antes da língua adquirida, muito antes de localizar a escrita, já aprendemos os primeiros “sotaques”, entendendo por este termo uma dimensão abrangente de inflexões da voz e escolhas gramaticais até hábitos mentais, gestos corporais e inclinações ideológicas. Esse primeiro “sotaque” tanto individualiza quanto coletiviza identidades. Por isso, quando uma identidade individual enramada nas vozes coletivas encontra caminhos para se narrar, ela faz *literatura menor*, no melhor sentido do termo, produz literatura de resistência, produz dissidência, indica rotas de fuga, em que a voz individual se assume politicamente como comunidade, que, pelas proliferações rizomáticas minoritárias, intervém nos códigos majoritários, cujos fundamentos são ali subvertidos pelo resgate – a palavra é essa mesma – o resgate de vozes que haviam sido condenadas à inexistência, como uma maldição do mito de Macabéa sobre mentes pensantes condenadas a não dizer. A literatura menor é sempre um furo na

bolha, pode levar anos para furá-la, pode discretamente furar logo nos primeiros efeitos. Mas a luta contra o apagamento só pode ser permanente.

Diante do horror da ruína, a história, quando é anjo, percorre o vale das trevas em busca de almas a salvar da obscuridade. A imagem, na verdade é outra. De alguma forma, o anjo de Paul Klee sobre o qual Walter Benjamin fantasiou lhe pareceu insistir em olhar as ruínas do passado, em busca dos seus mortos, antes que o inimigo os ultrajasse. Não quer deixá-los sem sepultura, com o nome por fazer. Pois há aqueles que precisam ser defendidos do silêncio, que precisam não ser esquecidos. É a causa moral de Antígona, constante no terror final de Benjamin em seu último texto: *se o inimigo vencer nem os mortos estarão a salvo*. Pois, no fim, é pelos mortos que lutamos afinal. Inclusive pelos mortos que finalmente seremos.

A história é aqui alegorizada anjo. Assim, mistura na Graça dada um *Memento* próprio de Anjo que olha para trás, Magistra. Às vezes a história é o anjo que recolhe os malditos marginais e os menores esquecidos. Mas, se salva por uma mão, pode cobrar por outra, e por isso, notando bem, a história que resgata os apagados nos lembra com o dedo advertido: - *sois pó*. Sem nem exclamação. Ou então, tratando-se em terceira pessoa para citar Fernando Pessoa: - *a história não marcará nenhum*. Anjo cruel. É verdade. Cruel como um bom poeta. Impaciente como um bom pai. Mas é aquele anjo que nos faz falar dos que ficaram por se falar. E isso é sempre uma honra, se é que essa palavra tem dignidade para falar de Catherine Sutton, Laura Cornelius, Angela Davis, Judith Butler, Maria Carolina de Jesus, Socorro Cardoso Sampaio, Eliane Potiguara, Conceição Evaristo e um infinito etc, incluindo aquilo que o silêncio pode ter engolido como voz individual, perdida, sem escrita ou audiovisual, mas que como toda voz, ou quase, remanesceu repetida no seio da comunidade que deixou.

A perda de um arcabouço e de um repertório de conhecimento oral deveria ser sempre tratada como uma enorme tragédia, como uma biblioteca incendiada, como um crime civilizatório. No início do terceiro milênio, chegamos ao tempo do resgate, sim, daquelas vozes que se adormeceram no anonimato de um uso excludente da linguagem, sobretudo no domínio poderoso do papel impresso. Nesta segunda para a terceira década do século XXI, estamos no meio de uma verdadeira *descida* de reconhecimento até os injustiçados da história. Não é a primeira vez que isso ocorre, mas talvez como nunca uma proliferação discursiva, no escrito e na oralidade, tem levantado tantos renomes perdidos na subalternidade. Num campo de reflexão necessário e produtivo para a história literária, de repente nossas teorias sobre a literatura brasileira se desorganizam diante de coisas que não estavam no sistema, que não eram conhecidas na academia. E por quê? Por causa das camadas sociais de onde vinham essas autorias? É uma hipótese, mas frágil. Machado de Assis e Mário de Andrade nasceram pobres, foram “mulatos”, foi epléptico, um, homossexual, o outro,

maldições de seu tempo. Não são, pois, uma coroa de louro ambulante. Mas tornaram-se “canônicos” em vida. Impuseram-se canônicos, poderíamos dizer.

A reformulação do cânone literário das duas últimas décadas tem tratado às vezes de forma simplória a natureza do cânone. Tem se tornado comum dizer que tal escritor ou escritora não teve reconhecimento, porque não escreveu no estilo canônico, porque usou uma linguagem comum, etc. Grandes autores não se tornam clássicos por aderirem a um padrão de escrita canônica, a um “estilo canônico”, porque isso não existe. O que é preciso dizer é que autores levam mais tempo para tornarem-se canônicos por serem (e falarem sobre serem) gays, travestis, lésbicas, condições que se agravam se são considerados pobres, loucos, ou se são pretos, árabes, judeus, enfim, se são mulheres, sem etc. Sempre quando essas condições são tematizadas, transformadas eventualmente em bandeiras que organizam e ramificam vozes os caminhos se tornam mais longos e difíceis: entre “falar manso” e “falar tudo” há a diferença de estratégia, mas são ambas estratégias, ambas legítimas, ambas eficazes, ambas próprias a cada uso e necessidade.

Chegou o tempo de se escrever sobre mulheres históricas: que falaram em público, ou em diários secretos, que foram notícias eventuais, ou recorrentes, que escreveram em todas as mídias. Algumas falaram em todas as assembleias que puderam, deixaram documentação judicial, matrimonial, algum texto poético, ou crítico, romances e memórias. Mulheres de grupos em situação subalterna que debateram em polemizações públicas, que compuseram comitivas, conselhos. Quem sabe o que fez e falou Laura Cornelius, dos Oneida? Creio que somos os primeiros no Brasil a falar dessa mulher extraordinária. Trata-se de uma indígena extraordinária, uma liderança extraordinária, que reflete e honra uma ascendência admirável de povos que desde o início do século XVII lidam com os efeitos da ocupação dos territórios iroqueses, no nordeste do atual território dos Estados Unidos. Quem sabe também sobre a dureza vivida nas gerações dos pais e avós de Catherine Sutton? Entre a fome e o álcool, mães e pais reúnem seus velhos e suas crianças em torno de vilas missionárias, onde não se passa fome. Nascida nesse desfecho distópico dos Ojibwa da região dos Lagos, Catherine Sutton é outra voz feminina e indígena, que nem em Toronto se sabe no comum quem foi. Nenhum topônimo, nem um nome de rua. Nem nos arredores do seu rio Credit, em Mississauga. Uma mulher indígena falando em público em meados do século XIX, inclusive perante a Rainha da Inglaterra, em dois momentos de sua vida. *A mulher que permanece em pé*: que é, aliás, o significado de seu nome indígena, Nahnebahnwequay. Enquanto narrativas de mulheres indígenas atuantes que usaram a voz em defesa de direitos foram serem relegadas, o discurso colonial nunca deixou de reproduzir e de celebrar o mito de Catherine Ojibwa, uma espécie de Pocahontas da primeira expansão para o oeste.

Diferente de Pocahontas, que é um personagem histórico, neste outro caso que remonta a meados do século XVIII, trata-se de uma fábula amorosa efetivamente inventada na tradição historiográfica romântica de meados do século XIX, numa versão romanesca da história da conquista dos sertões de Ohio. Segundo essa fábula, por amor a jovem indígena entrega o plano de seu próprio povo aos britânicos, sendo lembrada como heroína da “civilização” grande Pontiac no levante da Confederação Algonquina contra os exércitos e colonos ingleses, no grande episódio da história indígena que ficou conhecido como Cerco ao Forte Detroit.

Quantas Paraguaçus, Moemas, Lindóias e Iracemas oferecidas em sacrifício, apagam gestos de resistência e silenciam vozes como essas que temos tentado restituir e reconsiderar academicamente para aprender com elas. Quantas Maria Carolina de Jesus, quantas Eliane Potiguara não chegaram a tanto? Quanto não é sequer possível resgatar em toda a imensidão da oralidade? É preciso, talvez não como anjos, visitar o que nos ensina a experiência dessas mulheres, em todo o tecido discursivo que permeia suas ações, suas teses, seus embates, suas derrotas, suas contribuições, seus grandes acertos. Perspectivas se desdobram quando vozes silenciadas tornam-se objeto principal do interesse. Hoje aquelas vozes que mais do que todas foram subestimadas tornam-se em grande medida a única saída, a única resposta, a única epistemologia possível para um enorme conjunto de questões, para o enorme conjunto de problemas que a atual geração dos cidadãos do mundo não pode mais ignorar. Pergunte à mulher indígena.

Entre os Yanomami é pela qualidade da articulação da minha sustentação verbal que sou reconhecido no meu grupo, ou nos meus grupos. O grupo compreende a voz comum compartilhada, nas vozes individuais, ao mesmo tempo que compreende uma dimensão da unicidade de cada um ou uma que fala: somos aquilo que falamos. Se considerarmos apenas a dimensão do discurso, o texto total que nos habita, o tudo verbal que lembramos e esquecemos de ter ouvido e falado, que concordamos e discordamos, que planejamos e desistimos, que foi pensado em palavras, essa totalidade é um irrepetível, uma impressão digital impossível de ser recapturada, mas basicamente esse texto caótico organiza e define a singularidade da voz que se diferencia na diferença e constitui a *minha* fala.

A partir da ideia da voz como valor de Adriana Cavarero, a chamada para o **dossiê** temático do presente número da **fólio**, sob a coordenação de Marcus Antônio Assis Lima, convidou à reflexão e à divulgação de resultados, que envolvessem a voz como contradiscurso, como atitude contra-hegemônica, como humanização da relação docente, como *devoir*. Com essa perspectiva, o número **voz identidade** desdobra temas do número anterior, colocando em evidência os decalques da singularidade

única, expressa na voz, e a voz como vontade de poder, *devoir*, a empatia decolonizada, coletiva: voz do eu e voz do grupo. No presente número, com abordagens e objetos diversos, os oito textos que atenderam à chamada temática para inaugurar a seção **dossiê** desdobraram temas e pautas minoritárias, apresentaram o debate em torno a um problema antigo ou a um autor esquecido, refletiram sobre práticas educacionais e sobre os discursos que constituem os seus sujeitos.

O conceito de expressão vocal de Adriana Cavarero pode ser considerado uma ferramenta para os estudos feministas, pois reflete uma longa história de silenciamento e marginalização das vozes das mulheres. As noções tradicionais de voz tendem a focar nos aspectos semânticos, ignorando assim as qualidades viscerais e expressivas da voz. Este processo de “desvocalização” da razão desvalorizou historicamente a individualidade da voz de cada pessoa, o que atingiu especialmente as vozes femininas, que sempre foram muito menos grafadas, pois seus saberes específicos, na distribuição social do trabalho de outras épocas, permanecem no âmbito do conhecimento empírico apreendido pela repetição corporal e aprendido pela repetição vocal, e mantidos sem registros escritos ou gráficos. Neste sentido, os campos do conhecimento e do trabalho tradicionalmente femininos foram mantidos no âmbito da voz e, na hipótese de Cavarero, essa secundarização da oralidade é uma expressão do patriarcado.

A questão é também particularmente relevante para os educadores na sala de aula, onde se costuma exigir “voz de autoridade”. De fato aquilo que se poderia chamar “autoridade docente” emana de algo em nossa voz como professores e que efetivamente pode contrariar a confiança, até de quem não quer aprender o que ensinamos. Em educação, a valorização dessa dimensão da voz, como do silêncio, contribui para o entendimento de um currículo externo trazido por cada aluno, e ao qual o educador pode ter alguma medida de acesso justamente pelo reconhecimento da voz do discente.

Ao amplificar e validar diversas vozes, incluindo aquelas tradicionalmente marginalizadas, podemos promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. Ao reconhecer o valor das diferentes vozes e experiências, podemos desafiar estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Dessa forma, o conceito de expressão vocal apresentado por Cavarero é uma ferramenta para os estudos feministas, para os estudos da oralidade, para a crítica e a história literárias. O humanismo relacional de Adriana Cavarero, baseado no contato com os outros, oferece uma ontologia da singularidade cujas críticas à abstração, ao masculinismo e à política de identidade ainda ressoam hoje, onde o significado de um “tu” único é

negociado numa troca corporificada que pode oferecer cura ou feridas. Cavarero desenvolve uma ética altruísta que cultiva esse humanismo. Seu trabalho precisa ser difundido para melhor capturar a aquisição política de um eu narrativo que interage de forma dinâmica e muitas vezes ambígua com o "nós" político e coletivo.

O que se pretendeu com a chamada temática que culminou com o presente **dossiê** foi amplificar as preocupações de Cavarero, investigar as causas da violência e enfrentar os desafios, destacando claramente as dificuldades de se manifestar no contexto de qualquer desigualdade. Como condição ontológica e fenomenológica da exposição, a exposição textual, individual e coletiva mais ampla deve então ser considerada para desenvolver a crítica, ética e política que ela oferece. As "narrativas relacionais" proposta por Cavarero é uma nova descrição, emocionante e desafiadora, da relação entre individualidade e narrativa. Sua teoria do "eu narrativo" tem por base muitos pensadores das tradições filosóficas e literárias, de Sófocles e Homero a Hannah Arendt, Karen Blixen, Walter Benjamin e Borges. Ela mostra como os modelos narrativos em filosofia e literatura podem desenvolver novas formas de pensar a formação da identidade humana. Considerando como cada pessoa tem uma história única que pode ser contada sobre ela, Adriana Cavarero inicia uma importante mudança no pensamento sobre a subjetividade e a identidade que não se baseia em normas categóricas ou discursivas, mas busca compreender "quem" somos de forma única.

Nick Couldry defende a voz, como a capacidade efetiva de as pessoas falarem e serem ouvidas sobre questões que afetam as suas vidas, como o único valor que pode verdadeiramente desafiar a política neoliberal. Mas não basta uma voz: é preciso saber como a nossa voz é valorizada. Em Couldry a resposta é muito mais profunda do que simplesmente pedir "mais voz". Do mundo real de Blair e Obama à teoria social de Judith Butler e Amartya Sen, Couldry apresenta um brilhante conjunto de análises sobre a importância da voz, as contradições do pensamento neoliberal, os abusos das grandes *media*.

Diante disso, esse **dossiê** buscou contribuições nas áreas de Letras e afins que aprofundassem conceitos e temáticas implicadas na voz como potência humana, fundamento da criação e da invenção de narrativas de si e do mundo, aberta às narrativas minoritarizadas, nessa janela aberta para a produção imemorial da oralidade, perpetuada pelas vozes que há nas vozes, pelas gerações que ainda falam e desfalam através da nossa voz.

Abre o **dossiê** o artigo do organizador "O 'eu narrável' e o 'eu narrado' em Adriana Cavarero: as narrativas de vida de/sobre Herbert Daniel", de Marcus Lima, que reflete sobre uma leitura de mão dupla, desafiando a compreensão comparativa entre gêneros complementares e mutuamente desafiantes: a autobiografia e a

biografia de um mesmo personagem histórico. O sujeito em questão é Herbert Daniel (1946-1992), ativista gay e comunista, visto por seu próprio ponto de vista e pelo ponto de vista de um terceiro. No debate, o conceito de voz haurido na obra da filósofa Adriana Cavarero. Na mesma frente literária, autoficcional, minoritária, segue “A Neca de Amara Moira: uma voz pajubeyra”, de Ádrian Ferreira Barboza, Marcus Lima e André Mitidieri. A leitura do monólogo de Neca, em língua pajubá, do livro de Amara Moira, põe em destaque vozes marginais, na radicalidade da invenção literária escrita numa *gera*, num código linguístico de gueto, com todos os seus “sotaques” incorporados no embate comunitário de uma comunidade marginalizada de forma ainda abertamente hostil.

Também às margens, mas de outro modo, estão as vozes ribeirinhas e a realidade concreta de um mito mantido pela força da oralidade tal como é coletado e analisado em “Voces ribereñas y la realidad de un ser mítico: la leyenda del Boto”, de Gracineia dos Santos Araújo e Ivanda Costa dos Santos, um mito das margens dos rios coletado nas margens hibridizadas do interior amazônico.

Sem sair das margens, no campo da linguística aplicada, dois artigos tratando de práticas escolares, de estratégias de vida e narrativas educacionais, falando das barras que se passam nas margens por excelência que são a experiência de fronteira mais extrema e arquetípica que é a experiência do exílio. A expulsão da pátria já foi por muito tempo a pior das penas, grandes movimentos populacionais efetivamente muitas vezes ocorreram na história das humanidades, hoje, porém, as desigualdades regionais, o aquecimento global, as pressões coloniais sobre territórios defendidos pelos sistemas culturais originários são algumas das violências que reproduzem como nunca antes na história o problema migratório em territórios de fronteira em todo o mundo.

Procurando respostas a problemas dessa dimensão, os desafios do ensino de português como língua de acolhimento são temas descritos e debatidos por dois artigos do **dossiê**, com contribuições complementares e reflexões convergentes, apesar das diferenças de natureza dos estudos. Em “O reconhecimento da voz no ensino de português como língua de acolhimento”, de Zilanezia Rocha e Alomba Ribeiro, temos uma reflexão sobre a voz no ensino de português em contextos de migração e crise humanitária. No mesmo campo, uma definição para reconhecimento da voz está no título do quinto artigo deste **dossiê**: “O abraço das palavras: o português como língua de acolhimento”, de Daniel Sevegnani e Thais de Souza Schlichting. São dois textos tão correlacionados que durante o processo editorial foi preciso estarmos atentos a não confundi-los e trocá-los um pelo outro, justamente: o abraço das palavras pelo reconhecimento da voz.

O sexto artigo, “Narrativas autobiográficas e identidades: histórias de letramentos de professoras”, traz um estudo sobre formação docente que se inclina para ouvir um grupo de professoras da educação básica sobre seu próprio processo de letramento, debruçando-se sobre as particularidades das narrativas autobiográficas das principais agentes do sistema educacional, levantando tópicos e recorrências, encontrando tons e singularidades no narrar-se a própria experiência docente das histórias ouvidas.

Nos seis primeiros artigos, a fortuna quis que o **dossiê** percorresse as duas frentes a que **fólio** é sempre um convite: três estudos de natureza literária e três estudos sobre educação linguística e formação docente. Os dois trabalhos finais, nos lembram dos discursos que se erguem contra a voz, quando ela demonstra habilidade para acionar e acessar o poder. A rigorosa descrição de marcos conceituais na formulação do debate feminista sobre gênero: “A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista”, de Marília Moschkovich, debate as semantizações polêmicas e assimiladas da palavra gênero, recupera algo do candente debate atual em redor do termo “gênero” no Brasil, e indica os riscos da difusão acrítica dos usos neutralizados de “gênero” apenas como academicamente correto. O trabalho de Marília Moschkovich, originalmente escrito em inglês no formato de um capítulo, foi aqui traduzido e adaptado para um artigo por Ricardo Martins Valle, sob a consulta da autora. Nossa tradução disponibiliza em língua portuguesa parte da tese dessa professora brasileira, como uma fonte que precisa circular em português.

Por fim, mesmo que inscrito para outra seção e submetido em um momento extremo, trouxemos para o fecho do **dossiê** o artigo “O discurso neoconservador no Brasil: uma análise do podcast Retrato Narrado”. Aqueles que gritavam contra Judith Butler no texto de Marília Moschkovich são agora a “voz razoável” que debate problemas supostamente importantes para a sociedade brasileira. A voz da extrema direita? Talvez não. O discurso, a ordem unida, o lema, a palavra de ordem, bem como a tergiversação fingindo a complexidade de um debate entre meias verdades, ignorâncias e mentiras, banhado em senso comum. É um mal que está sempre a assombrar os frágeis consensos de vozes diversas. Por isso, nunca é demais, num **dossiê** sobre **voz identidade**, incluirmos uma outra análise brutalmente bem amarrada conceitualmente, neste caso com o objetivo de identificar marcadores típicos no discurso de direita, que é sobretudo um discurso contra a voz. A “nova voz conservadora” encarna-se por todos os lados, com milhares de milhões de acessos, tem muitos canais e se põe contra as vozes que recentemente vêm sendo reconhecidas na sua singularidade histórica. É preciso estar atento e forte.

Em **vertentes e interfaces i**, entre as seções de submissão permanente, trazemos dois estudos de natureza teórica em campos afins. O primeiro em francês

que poderia ser traduzido por “A experiência da unidade da consciência no ato da vontade: pela realidade do objeto da intencionalidade”, de Rudy Kohwer, um trincado debate filosófico sobre a natureza da mudança no tempo e a percepção humana sobre isso, sobre tensões entre objetividade e subjetividade em busca do reconhecimento de uma dimensão objetiva para a intenção subjetiva, isto é, reconhecer a efetividade, objetiva, da concepção, subjetiva, de um objeto subjetivo por excelência, que é o objeto de um desejo, o alvo de uma intencionalidade. Mas miramos moralmente numa virtude e essa disposição se torna ação, modera os nossos afetos e consolida o nosso *ethos*. O segundo estudo, “Cuvier, Lamarck, Gaston Paris e o problema da restituição dos textos”, de Marcello Moreira, é outro trincado debate teórico, aqui sobre a construção de hipóteses, objetivos e métodos da filologia clássica do século XIX com base nas ciências naturais coetâneas. Em **vertentes e interfaces ii**, “Escola, diversidade e formação docente: um olhar sobre os multiletramentos”, de Andrea Barreto Borges e William Vidal Coutinho, aborda as novas necessidades que ambientes escolares diversos e as lutas por direitos têm exigido da carreira docente e dado à escola a função nuclear de produzir estratégias de multiletramento, isto é, o letramento de toda natureza de interesse das garantias da cidadania, ou seja, uma abordagem esclarecida sobre os tópicos sensíveis que permeiam a sociedade brasileira, sobre a história das dívidas históricas, sobre os grupos e comportamentos que historicamente foram alvo de violência de toda natureza, enfim, uma ferramenta na luta por direitos. O multiletramento é um modo de retirar marcas da linguagem que outros ambientes que não o escolar eventualmente oferecem às crianças, com componentes machistas, xenófobos, racistas, etarista, etc.

Em “Marcas línguo-culturais do léxico toponímico alagoano”, Pedro Antonio Gomes de Melo reconstitui relações de identidade entre língua e território, num estudo toponímico das localidades do município de Iraci no interior de Alagoas. Por ele, revisitamos antigas lições de toponímia e sistemáticas de classificação de Dick, nossa professora, Maria Vicentina do Amaral, da USP, pensando os enraizamentos culturais que os nomes de lugares lançam na paisagem e com isso constituem um território, perscrutando marcas do encontro, dos conflitos, dos eventos da ocupação, da paisagem natural e das línguas indígenas.

Por fim, inaugurando a nova seção **nascentes**, aberta a trabalhos de excelência produzidos em coautoria com graduandos, “Luamanda: um ensaio sobre a construção do afeto e do feminino negro” foi escrito por Kelvin Barbosa Freitas e Adriana Maria de Abreu Barbosa, no âmbito do curso de graduação em Letras da UESB, no *campus* de Jequié. A seção **nascentes** sempre houve, mas com outra configuração que efetivamente não eram seguidas à risca, ou não sempre. A seção efetivamente aberta a iniciantes agora passa a acolher textos em coautoria com discentes de graduação,

visando estimular o exercício da autoria científica em alunos de graduação em projetos de pesquisa, docência ou extensão, ao juízo da Comissão Editorial e do Conselho Científico. Sendo aberta a alunos de Graduação, a seção **nascentes** visa a dar publicidade a trabalhos considerados extraordinários pelos orientadores, na Iniciação Científica, na Iniciação à Docência, Extensão, entre outras atividades acadêmicas orientadas.

O presente número de **fólio** encerra um quadriênio em que podemos dizer que honramos uma trajetória interrompida de forma abrupta. Ficou a marca do trabalho do professor Márcio Roberto Soares Dias em uma década de dedicação, e ficou sua lacuna, no volume que não entregamos, em 2023. Seu nome permanece *in memoriam* pelo próximo quadriênio na Comissão Editorial da Revista.

Fechamos 2024, com um projeto editorial aberto à ampliação e à transformação. Neste número, recriamos a seção **nascentes** e fizemos do **dossiê** uma seção eventual no interior da publicação. Manteremos assim um fluxo contínuo de recepção de artigos e outros gêneros de textos acadêmicos previstos, que sairão publicados semestralmente nas duas frentes de A seção **nascentes** sempre houve, mas com regras muito rígidas que efetivamente não eram seguidas à risca, ou não sempre. A seção aberta a iniciantes agora passa a acolher textos em coautoria com discentes de graduação, visando estimular o exercício da autoria científica em alunos de graduação em projeto de pesquisa, docência ou extensão, ao juízo da Comissão Editorial e do Conselho Científico. Sendo aberta a alunos de Graduação, a seção **nascentes** visa a dar publicidade a trabalhos considerados extraordinários pelos orientadores, na Iniciação Científica, na Iniciação à Docência, em projetos de extensão, entre outras atividades acadêmicas orientadas. Assim também, as exigências extremamente rígidas para a publicação nas seções principais foram atenuadas, acolhendo coautorias com mestrandos, autorias individuais de mestres e doutorandos, sem a obrigatoriedade de um orientador, desde que o autor assuma as responsabilidades como autor e a Comissão e o Conselho Editorial julguem procedente **vertentes e interfaces**. Assim, a **fólio** sempre terá seções abertas para artigos críticos e resultados de pesquisa em Estudos Literários e em Linguística Aplicada, incluindo todos os temas teóricos e filosóficos de interesse nos dois campos.